



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Fundação Celpe de Seguridade
Social - CELPOS

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente





DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS


celpos

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Ativo			
Disponível		453	613
Realizável			
Gestão previdencial	7	99.722	111.655
Gestão administrativa	8	923	923
Investimentos			
Ações	9	-	8.584
Fundos de investimento		871.178	777.993
Investimentos imobiliários		18.315	51.498
Empréstimos a participantes		19.728	19.299
Permanente			
Imobilizado	10	246	250
Intangível		135	133
Gestão assistencial	11	264	258
Total do ativo		1.010.964	971.206
Passivo			
Exigível operacional			
Gestão previdencial	12	5.009	2.523
Gestão administrativa		690	733
Investimentos		290	464
Exigível contingencial			
Gestão previdencial	13	2.749	3.474
Patrimônio social			
Patrimônio de cobertura do plano			
Provisões matemáticas		1.056.881	1.010.766
Benefícios concedidos		882.906	820.799
Benefícios a conceder		173.975	189.967
Equilíbrio técnico			
(-) Déficit técnico acumulado		(80.925)	(76.083)
Fundos			
Fundos previdenciais	15	4.838	9.895
Fundos administrativos		9.779	9.725
Fundos dos investimentos		12.369	10.648
Gestão assistencial		264	258
Total do passivo		1.010.964	971.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017	Variação (%)
Patrimônio social - início do exercício	964.951	934.129	3
Adições	167.882	148.862	13
Contribuições previdenciais	66.911	62.460	7
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	92.118	77.703	19
Reversão líquida de contingências - gestão previdencial	725	372	100
Receitas administrativas	5.829	5.898	(1)
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão administrativa	578	782	(26)
Constituição de fundos de investimentos	1.721	1.647	4
Destinações	(129.891)	(118.040)	10
Benefícios	(123.538)	(111.878)	10
Despesas administrativas	(6.353)	(6.162)	3
Acréscimo (decréscimo) no patrimônio social	37.991	30.822	23
Provisões matemáticas	46.115	29.714	55
Déficit técnico do exercício	(4.842)	(1.590)	205
Fundos previdenciais	(5.057)	533	(1.049)
Fundos administrativos	54	518	(90)
Fundos dos investimentos	1.721	1.647	5
Patrimônio social - final do exercício	1.002.942	964.951	4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017	Variação (%)
Fundo administrativo do exercício anterior	9.725	9.207	6
Custeio da gestão administrativa	6.407	6.680	(4)
Receitas	6.407	6.680	(4)
Custeio administrativo da gestão previdencial	4.038	3.903	3
Custeio administrativo dos investimentos	1.581	1.833	(14)
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	175	162	8
Resultado positivo dos investimentos	578	782	(26)
Outras receitas	35	-	100
Despesas administrativas	(6.353)	(6.162)	3
Administração previdencial	(3.726)	(3.117)	20
Pessoal e encargos	(1.745)	(1.465)	19
Treinamentos/congressos e seminários	(105)	(148)	(29)
Viagens e estadias	(67)	(28)	140
Serviços de terceiros	(827)	(661)	25
Despesas gerais	(666)	(552)	21
Depreciações e amortizações	(58)	(63)	(7)
Tributos	(258)	(200)	29
Administração dos investimentos	(2.627)	(3.045)	(14)
Pessoal e encargos	(1.254)	(1.415)	(11)
Treinamentos/congressos e seminários	(80)	(146)	(45)
Viagens e estadias	(46)	(31)	48
Serviços de terceiros	(504)	(568)	(11)
Despesas gerais	(526)	(623)	(16)
Depreciações e amortizações	(39)	(64)	(39)
Tributos	(178)	(198)	(10)
Sobra da gestão administrativa	54	518	(90)
Constituição do fundo administrativo	54	518	(90)
Fundo administrativo do exercício atual	9.779	9.725	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS ATIVOS LÍQUIDOS POR PLANO DE BENEFÍCIOS - BENEFÍCIO DEFINIDO

31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017	Variação (%)
Ativos	823.448	794.632	4
Disponível	79	268	(71)
Recebível	98.670	113.049	(13)
Investimento	724.699	681.315	6
Ações	-	8.584	(100)
Fundos de investimento	693.296	607.609	14
Investimentos imobiliários	18.315	51.498	(64)
Empréstimos	13.088	13.624	(4)
Obrigações	4.069	4.861	(16)
Operacional	1.320	1.387	(5)
Contingencial	2.749	3.474	(21)
Fundos não previdenciais	12.480	11.355	10
Fundos administrativos	3.019	3.019	-
Fundos dos investimentos	9.461	8.336	14
Ativo líquido	806.898	778.416	4
Provisões matemáticas	887.823	854.499	4
Déficit técnico	(80.925)	(76.083)	6
Apuração do equilíbrio técnico ajustado			
Equilíbrio técnico	(80.925)	(76.083)	6
Ajuste de precificação	85.418	76.182	12
Equilíbrio técnico ajustado	4.493	99	4.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - BENEFÍCIO DEFINIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017	Variação (%)
Ativo líquido - início do exercício	778.416	772.877	1
Adições	128.967	103.067	25
Contribuições	51.715	44.804	15
Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	76.527	57.891	32
Reversão líquida de contingências - gestão previdencial	725	372	100
Destinações	(100.485)	(97.528)	3
Benefícios	(98.387)	(95.563)	3
Custeio administrativo	(2.098)	(1.965)	7
Acréscimo no ativo líquido	28.482	5.539	414
Provisões matemáticas	33.324	7.129	368
Déficit técnico do exercício	(4.842)	(1.590)	205
Ativo líquido - final do exercício	806.898	778.416	4
Fundos não previdenciais	1.125	1.140	(1)
Fundos administrativos	-	-	-
Fundos dos investimentos	1.125	1.140	(1)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS ATIVOS LÍQUIDOS POR PLANO DE BENEFÍCIOS - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017	Variação (%)
Ativos	186.563	175.582	6
Disponível	270	151	79
Recebível	10.830	8.330	30
Investimento	175.463	167.101	5
Fundos de investimento	168.823	161.426	5
Empréstimos	6.640	5.675	17
Obrigações	3.000	403	644
Operacional	3.000	403	644
Fundos não previdenciais	9.668	9.017	7
Fundos administrativos	6.760	6.705	1
Fundos dos investimentos	2.908	2.312	26
Ativo líquido	173.895	166.162	5
Provisões matemáticas	169.057	156.267	8
Fundos previdenciais	4.838	9.895	(51)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017	Variação (%)
Ativo líquido - início do exercício	166.162	143.044	16
Adições	34.824	41.370	(16)
Contribuições	19.233	21.558	(11)
Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	15.591	19.812	(21)
Destinações	(27.091)	(18.252)	48
Benefícios	(25.151)	(16.314)	54
Custeio administrativo	(1.940)	(1.938)	-
Acréscimo no ativo líquido	7.733	23.118	(67)
Provisões matemáticas	12.790	22.585	(43)
Fundos previdenciais	(5.057)	533	(1.049)
Ativo líquido - final do exercício	173.895	166.162	5
Fundos não previdenciais	650	1.024	(37)
Fundos administrativos	54	517	(90)
Fundos dos investimentos	596	507	17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - BENEFÍCIO DEFINIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017	Variação (%)
Provisões técnicas	820.428	791.613	4
Provisões matemáticas	887.823	854.499	4
Benefícios concedidos	835.320	791.777	5
Benefício definido	835.320	791.777	5
Benefício a conceder	52.503	62.722	(16)
Benefício definido	52.503	62.722	(16)
Equilíbrio técnico	(80.925)	(76.083)	6
Resultados realizados	(80.925)	(76.083)	6
(-) Déficit técnico acumulado	(80.925)	(76.083)	6
Fundos	9.461	8.336	14
Fundos dos investimentos	9.461	8.336	14
Exigível operacional	1.320	1.387	(5)
Gestão previdencial	1.033	929	11
Gestão dos investimentos	287	458	(37)
Exigível contingencial	2.749	3.474	(21)
Gestão previdencial	2.749	3.474	(21)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017	Varição (%)
Provisões técnicas	179.803	168.877	6
Provisões matemáticas	169.057	156.267	8
Benefícios concedidos	47.586	29.022	64
Contribuição definida	47.586	29.022	64
Benefício a conceder	121.471	127.245	(5)
Contribuição definida	121.471	127.245	(5)
Saldo de contas - parcela patrocinadores	61.440	66.975	(8)
Saldo de contas - parcela participantes	60.031	60.270	-
Fundos	7.746	19.752	(37)
Fundos previdenciais	4.838	9.895	(51)
Outros - previsto em nota técnica atuarial	4.838	9.895	(51)
Fundos dos investimentos	2.908	2.312	26
Exigível operacional	3.000	403	644
Gestão previdencial	2.996	397	655
Gestão dos investimentos	4	6	(36)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS (“CELPOS” ou “Entidade”) é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, localizada à Rua João Fernandes Vieira, 190, Soledade, Recife-PE, constituída sob a forma de fundação, por prazo indeterminado, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por meio da Portaria nº 2.376 de 19 de janeiro de 1981, publicada no DOU de 21 de janeiro de 1981.

A Entidade obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e às resoluções específicas do Banco Central do Brasil, estando disciplinada pela Lei Complementar nº 109/2001, e alterações posteriores.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como objeto administrar Planos de Benefícios de natureza previdenciária e assegurar para seus participantes (Ativos, Autopatrocinados, Assisitidos e Pensionistas) as prestações, tais como: suplementação de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço, por idade e especial, benefício proporcional diferido, suplementação de pensão por morte, suplementação de abono anual, suplementação de auxílio-reclusão, suplementação de auxílio-doença resultante de acidentes do trabalho, ampliação de auxílio-funeral e ampliação de auxílio-natalidade, de acordo com os regulamentos dos seus planos de benefícios.

Quando de sua constituição, a Entidade adotou a modalidade de plano de Benefício Definido - BD. Em maio de 2006, a Entidade instituiu um novo plano de benefícios previdenciários na modalidade Contribuição Definida - CD (Plano Misto I de Benefícios), tendo o seu regulamento sido aprovado em 29 de novembro de 2005 pelo Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS), por meio da Secretaria de Previdência Complementar - SPC atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Quando da aprovação do novo regulamento, a Entidade passou a condição multipatrocinada, tendo a Companhia Energética de Pernambuco S.A. - CELPE na qualidade de patrocinadora instituidora e a própria Entidade na qualidade de única patrocinadora solidária da CELPE. Em fevereiro de 2017 foi aprovado o convênio de adesão das novas patrocinadoras a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA e a Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN.

Os recursos de que a Entidade dispõe para cumprir seu principal objetivo são oriundos:

- Das contribuições de suas patrocinadoras, a Companhia Energética de Pernambuco - CELPE e a própria Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS. Nos exercícios de 2018 e 2017, a patrocinadora contribuiu mensalmente pela paridade contributiva para os benefícios programados, isto é, para cada real contribuído pelos participantes (ativos e assistidos) a patrocinadora contribuiu com igual valor, para o Plano BD. Para o Plano CELPOS CD, além da contribuição previdenciária, a patrocinadora também contribuiu com o custeio administrativo e o fundo de risco;

- Das contribuições de seus participantes, onde os participantes ativos, autopatrocinados e assistidos contribuem com percentuais sobre os salários e suplementações em forma de cascata, que iniciam em 7,03% até 83,80% para contribuição normal, resultando em uma contribuição média de 11,38% para ativos e autopatrocinados e de 12,64% para os assistidos do plano BD. Para o CELPOS CD os participantes ativos e autopatrocinados contribuem com os percentuais variando de 50%, 70%, 80%, 90% e 100% do valor base de sua contribuição; e
- Dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que obedecem ao disposto nas Resoluções nº 4.661 de 29 de maio de 2018 e suas alterações, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, divulgadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

A Entidade aplica seus recursos dentro do país e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

As patrocinadoras são responsáveis pelo processamento da folha de pagamento dos participantes ativos, base para o recebimento das contribuições, e pela atualização do cadastro de participantes, que alimenta os cálculos atuariais para determinação das reservas matemáticas da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade possuía um total de 5.722 (5.695 em 2017) participantes, conforme demonstrado a seguir:

Plano	Participantes ativos		Participantes assistidos		Pensionistas		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Benefício definido	182	265	2.313	2.295	977	958	3.472	3.518
Contribuição definida	2.121	2.095	124	77	5	5	2.250	2.177
	2.303	2.360	2.437	2.372	982	963	5.722	5.695

No Demonstrativo Atuarial - DA, a quantidade de participantes refere-se a outubro de 2018, mês base para avaliação atuarial.

A Administração da Entidade autorizou a conclusão da preparação destas Demonstrações contábeis em 25 de março de 2019.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis são apresentadas segregadas em 4 (quatro) sistemas de gestão distintos, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, quais sejam:

- a) Gestão previdencial - Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

- b) Gestão administrativa - Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios.
- c) Gestão assistencial - Atividade de registro e de controle das contribuições e dos benefícios, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza assistencial.
- d) Fluxo dos investimentos - Registro e controle referentes à aplicação dos recursos do plano.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Essas demonstrações contábeis consolidadas e por plano são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2018, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas Demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo (Nota 14), as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações (Nota 13), a provisão para crédito de liquidação duvidosa, entre outros.

A Administração da Entidade não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações contábeis.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Entidade. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

5. BASE DE MENSURAÇÃO

As Demonstrações contábeis consolidadas e por plano, foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros cuja base de mensuração está descrita nas práticas contábeis correspondentes a cada um deles ao longo dessas Demonstrações contábeis.

6. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir tem sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

a) Registro das adições, deduções, receitas, despesas, rendas/variações positivas e deduções/variações negativas

As adições e deduções da Gestão Previdencial, receitas e despesas da Gestão Administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do Fluxo de Investimento, bem como as variações patrimoniais da Gestão Assistencial são escrituradas pelo regime de competência, exceto as adições da gestão previdencial oriundas das contribuições dos participantes autopatrocinados do plano CD, as quais são escrituradas pelo regime de caixa.

b) Reservas matemáticas e fundos da gestão previdencial

No Plano BD as reservas matemáticas são apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuário externo e independente.

No plano CD, as reservas matemáticas são constituídas pelo somatório das reservas individuais dos participantes acrescidas da rentabilidade obtida no retorno dos investimentos do plano. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e pensionistas.

c) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que refletem as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

As principais provisões e correspondentes práticas contábeis mantidas pela Entidade em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são as seguintes:

i) Provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias;
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

ii) Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos

Registra as férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, 13º salários que são provisionados no Plano de Gestão Administrativa - PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

iii) Provisão para contingências

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Entidade. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, efetivando o registro da provisão no passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem e, existindo depósito judicial, este deve ser registrado no ativo realizável.

iv) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, por e sob a responsabilidade do atuário externo independente contratado pela Entidade, e correspondem aos compromissos acumulados no encerramento do exercício, segregados por plano de benefício assegurado aos participantes ou aos seus beneficiários na forma prescrita no regulamento do Plano de Benefícios.

- Benefícios concedidos: corresponde ao valor presente dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes e beneficiários já em gozo de benefício.
- Benefícios a conceder: registra o valor presente dos saldos dos benefícios a serem pagos aos participantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício, avaliado de acordo com a Nota Técnica Atuarial.

d) Ativo realizável - fluxo dos investimentos

A estrutura de gestão dos investimentos é MULTIFUNDO que caracteriza uma gestão totalmente segregada dos investimentos. Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento contábil das rendas e deduções são os seguintes:

i) Créditos privados e depósitos/fundos de investimentos de renda fixa e multimercado

Os investimentos estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

As rendas/variações positivas e deduções/variações negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

Os títulos pré e pós – fixados e com vencimento superior a 365 dias mantidos na carteira até o vencimento consideram a capacidade financeira da Entidade, atestada em Parecer Atuarial. O critério de avaliação contábil é o da marcação pela curva do rendimento de forma proporcional (pro rata) até o vencimento.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das Demonstrações contábeis. Ativos relevantes alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme legislação em vigor e os rendimentos e/ou deduções reconhecidos no resultado.

ii) Ações e fundos de investimentos de ações

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas ao valor de mercado pela cotação de fechamento na data mais próxima à do balanço, na Bolsa de Valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez.

Os rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio são apurados pelo regime de competência.

A avaliação dos ativos de renda variável deve ser feita utilizando-se a última cotação diária de fechamento do mercado em que o ativo apresentar maior liquidez, desde que tenha sido negociado pelo menos uma vez nos últimos 90 (noventa) dias.

Na hipótese de ativos sem negociação nos últimos 90 (noventa) dias, o valor do título deverá ser avaliado pelo menor entre os seguintes valores: custo de aquisição; última cotação disponível; último valor patrimonial do título divulgado à CVM; ou valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das Demonstrações contábeis. Ativos relevantes alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado e os rendimentos e/ou deduções reconhecidos no resultado.

iii) Investimentos imobiliários

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados ao valor decorrente das reavaliações realizadas. As depreciações das construções são calculadas pelo método linear a taxa de 2% ao ano, considerando o tempo de vida útil remanescente estipulada no laudo de avaliação e sua contrapartida é lançada como despesa nos investimentos.

e) Operações com participantes

Estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos participantes oriundos de empréstimos concedidos pela Entidade deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização destes créditos.

Empréstimos de ordem pessoal

Em atendimento aos Normativos Legais e decisões internas atualizadas em junho de 2009, a carteira de empréstimos aos participantes é indexada pela rentabilidade da poupança, acrescida de 1% ao mês, e de acordo com a Política de Investimentos da Entidade, a carteira deve, no mínimo, alcançar a meta atuarial (INPC + 5,00% a.a.).

Os pagamentos dos empréstimos podem ser efetuados em até 60 meses, podendo ser concedidos para os ativos, autopatrocinados, assistidos e pensionistas, participantes dos Planos BD e CD.

Taxa de risco

Taxa cobrada no ato da concessão do empréstimo para constituição do fundo de quitação do saldo devedor do participante em caso de falecimento.

f) Imobilizado e Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação/amortização calculada pelo método linear estabelecido em função do tempo de vida útil às seguintes taxas anuais: 10% para instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos; 20% para computadores e periféricos e licença de uso. No intangível estão registrados os gastos com implantação do sistema corporativo.

g) Operações administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e de investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo. O saldo do fundo administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos planos previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

Para a determinação do saldo do fundo administrativo de cada plano a Entidade utiliza os seguintes critérios:

Receitas: alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e de investimentos;

Despesas específicas: alocadas diretamente ao plano que as originou;

Despesas comuns: utilização de critério de rateio que leva em consideração a ponderação entre o número de participantes e assistidos e a mão-de-obra dedicada a cada plano previdencial, que é base para apuração do percentual de participação de cada plano nas despesas administrativas comuns.

Rateio das despesas administrativas por gestão	2018	2017
Previdencial	60,00%	49,56%
Investimentos	40,00%	50,44%

Rateio das despesas administrativas por custeio	2018	2017
Custeio BD	61,34%	67,37%
Custeio CD	38,66%	32,63%

Fluxo positivo dos investimentos do PGA: utilização da proporção patrimonial como critério de rateio.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

Imposto de renda e PIS/COFINS

Em 29 de dezembro de 2004, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.053 que dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005, em que o imposto de renda incidiu sobre os benefícios pagos aos assistidos e o instituto do resgate dos planos da Entidade, de acordo com as regras dispostas na forma da Lei.

Também a partir de 1º de janeiro de 2005, de acordo com o artigo 5º da referida Lei, ficam dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões matemáticas, das reservas técnicas e dos fundos dos planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

O PIS e a COFINS são calculados às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitados aos rendimentos das aplicações, proporcionados pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

7. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

A gestão previdencial em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está composta conforme discriminado a seguir:

	2018	2017
Contribuições do mês - patrocinador	3.495	3.404
Contribuições do mês - participantes	1.153	1.169
Contribuições contratadas - patrocinador (a)	91.827	106.407
Outros recursos a receber	2.669	105
Adiantamentos	38	38
Custeio administrativo antecipado	27	13
Depósitos judiciais/recursais	382	387
Outros realizáveis	131	132
	99.722	111.655

- (a) Refere-se a contrato de dívida sobre a descobertura das Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder do Plano de Benefícios Definidos - BD, celebrado em 19 de setembro de 2001 com a patrocinadora CELPE, com prazos renegociados em 13 de junho de 2003 no valor original de R\$62.357. A atualização desse contrato é realizada mensalmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do IBGE, acrescidos de juros efetivos equivalentes a 6% ao ano. A amortização do contrato teve início a partir de 26 de janeiro de 2008 em 192 parcelas mensais, sendo o vencimento da última parcela previsto para 26 de dezembro de 2023. A garantia da dívida encontra-se prevista na cláusula 8 do instrumento contratual, autorizando a instituição financeira interveniente a transferir os recursos disponíveis nas contas bancárias da Patrocinadora em favor da Entidade, em havendo qualquer atraso no pagamento.

Comparativo do saldo de valores contratados:

	2018	2017
Movimentação:		
Saldo no início do exercício	106.407	121.773
Parcela paga no exercício	(23.922)	(24.313)
Atualização	9.342	8.947
Saldo no final do exercício	91.827	106.407

8. REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

A composição dos realizáveis da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é a seguinte:

	2018	2017
Contribuições para custeio - patrocinador	430	391
Contribuições para custeio - participantes	105	96
Responsabilidade de empregados	68	41
Responsabilidade de terceiros	62	48
Outros recursos a receber	222	271
Despesas antecipadas	9	13
Outros realizáveis - impostos a recuperar	-	49
Outros realizáveis - valores a receber transferidos	27	14
	923	923

9. REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS (PLANOS PREVIDENCIAIS E PGA)

É composto pelos grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são apresentados a seguir:

	2018	2017
Títulos para negociação		
Ações		
Outros emissores		
Shopping Center Tacaruna S.A.	-	8.584
Total de ações	-	8.584
Fundos de investimento		
Renda fixa		
AF Invest FIRF CP Geraes	91.096	-
ALM BD FI RF	5.225	11.545
BB Institucional Federal	4.471	3.629
BNP Paribas Match DI	-	5.328
Sparta TOP FIC FIRF CP	24.219	48.689
Ações		
Ennesa FIA	16.359	9.347
Itaú FOF RPI Ações	-	7.485
Moat Capital FIC FIA	8.590	-
Sul América Expertise FIA	19	448
Sul América Expertise II FIA	-	3.262
Vinci Selection Equities FIA	7.178	5.880
Multimercado		
Noronha CD FIM	62.671	74.669
Olinda Celpos BD FIM	394	1.958
Gravatá Celpos CD FIM	33.666	58.597
BB Mult. Global Select IE (JP Morgan)	-	1.695
Kinea Chronos FIM	3.277	-
PIMCO Income FIM IE	-	2.104
Participações		
Brasil Energia Renovável - FIP	1.927	1.967
Imobiliário		
Panamby	3.746	3.524
Geo Guararapes	246	230
Total de fundos de investimentos para negociação	263.084	240.357
Total de títulos para negociação	263.084	248.941
Títulos mantidos até o vencimento		
Fundos de Investimentos		
Renda Fixa		
ALM BD FI RF	594.384	523.915
Multimercado		
Olinda Celpos CD FIM	13.710	13.721
Total de títulos mantidos até o vencimento	608.094	537.636
Total de fundos de investimentos	871.178	786.577
Investimentos imobiliários		
Aluguéis e rendas	15.865	50.172
Direitos em alienação de investimentos imobiliários	1.714	-
Outros investimentos imobiliários	736	1.326
Total de investimentos imobiliários	18.315	51.498
Operações com participantes - Empréstimos	19.728	19.299
Total dos investimentos	909.221	857.374

FUNDAÇÃO CELPE DE SEGURIDADE SOCIAL - CELPOS

Em atendimento ao artigo 36º, da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 a composição dos títulos está assim demonstrada:

a) Títulos para negociação

Em 31 de dezembro de 2018	Quantidade	Valor de custo	Valor de mercado	Plano BD Valor de mercado	CELPOS CD Valor de mercado	PGA Valor de mercado	Vencimento
ALM BD FIRF							
Títulos Públicos							
Tesouro SELIC	28	200	277	277	-	-	2020
Operações Compromissadas LTN-O	5.204	4.665	4.666	4.666	-	-	2020
Títulos Privados							
Debêntures	200	200	307	307	-	-	2019
Contas a Pagar/Receber		-	(25)	(25)	-	-	
Subtotal		5.065	5.225	5.225	-	-	
Olinda Celpos BD FIM							
Títulos Públicos							
Operações Compromissadas LTN-O	85	81	81	81	-	-	2019
Títulos Privados							
Debêntures	20.391	1	304	304	-	-	2020
Cotas de Fundos de Investimentos	580,06	-	12	12	-	-	
Contas a Pagar/Receber			(3)	(3)	-	-	
Subtotal		82	394	394	-	-	
Gravatá Celpos CD FIM							
Títulos Públicos							
Tesouro SELIC	999	9.511	9.867	-	9.867	-	2021 a 2022
Tesouro IPCA com juros semestrais	8	27	27	-	27	-	2021
Operações Compromissadas LTN-O	242	230	230	-	230	-	2019
Títulos Privados							
Debêntures	1.363	3.099	3.439	-	3.439	-	2019 a 2023
Letras Financeiras	3	550	584	-	584	-	2020
Letras Financeiras Subordinadas	18	5.467	9.103	-	9.103	-	2021 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	341.948,49	-	10.289	-	10.289	-	
Derivativos		-	(2)	-	(2)	-	
Contas a Pagar/Receber		-	129	-	129	-	

a) Títulos para negociação--Continuação

Em 31 de dezembro de 2018	Quantidade	Valor de custo	Valor de mercado	Plano BD Valor de mercado	CELPOS CD Valor de mercado	PGA Valor de mercado	Vencimento
Subtotal		18.884	33.666	-	33.666	-	
Noronha CD FIM							
Títulos Públicos							
Tesouro SELIC	2.217	20.870	21.900	-	21.900	-	2019 a 2023
Tesouro IPCA com juros semestrais	8.080	25.027	27.312	-	27.312	-	2019 a 2050
Operações Compromissadas NTN-O	944	3.159	3.160	-	3.160	-	2020
Títulos Privados							
Debêntures	35.788	4.478	6.030	-	6.030	-	2019 a 2025
Letras Financeiras Subordinadas	1	300	634	-	634	-	2022
Cotas de Fundos de Investimentos	1.886.350	-	3.632	-	3.632	-	
Derivativos		-	-	-	-	-	
Contas a Pagar/Receber		-	3	-	3	-	
Subtotal		53.834	62.671	-	62.671	-	
Carteira Própria							
Fundos de Investimentos							
AF Invest FIRF CP Geraes		89.282	91.096	39.850	46.658	4.588	
BB Institucional Federal		3.728	4.471	-	-	4.471	
Ennesa FIA		2.017	16.359	16.359	-	-	
Kinea Chronos FIM		3.144	3.277	-	3.277	-	
Moat Capital FIC FIA		6.724	8.590	-	8.590	-	
Sparta TOP FIC FIRF CP		24.074	24.219	17.450	6.769	-	
Sul América Expertise FIA		5.136	19	4	15	-	
Vinci Selection Equities FIA		4.986	7.178	-	7.178	-	
FIP - Brasil Energia Renovável		4.000	1.927	1.927	-	-	
FII - Panamby		2.238	3.746	3.746	-	-	
FII - Geo Guararapes		2.548	246	246	-	-	
Subtotal		147.877	161.128	79.582	72.487	9.059	
Total dos títulos para negociação		225.742	263.084	85.201	168.824	9.059	

FUNDAÇÃO CELPE DE SEGURIDADE SOCIAL - CELPOS

b) Títulos para negociação

Em 31 de dezembro de 2017	Quantidade	Valor de custo	Valor de mercado	Plano BD Valor de mercado	CELPOS CD Valor de mercado	PGA Valor de mercado	Vencimento
ALM BD FI RF							
Títulos Públicos							
Tesouro SELIC	20	200	260	260	-	-	2020
Operações Compromissadas LTN-O	11.390	10.997	10.999	10.999	-	-	2018
Títulos Privados							
Debêntures	200	200	301	301	-	-	2019
Contas a Pagar/Receber		-	(15)	(15)	-	-	
Subtotal		11.397	11.545	11.545	-	-	
Olinda Celpos BD FIM							
Títulos Públicos							
Operações Compromissadas LTN-O	64	61	61	61	-	-	2018
Títulos Privados							
Debêntures	20.391	1	219	219	-	-	2020
Cotas de Fundos de Investimentos	953.709,28	-	1.678	1.678	-	-	
Contas a Pagar/Receber		-	-	-	-	-	
Subtotal		62	1.958	1.958	-	-	
Gravatá Celpos CD FIM							
Títulos Públicos							
Tesouro SELIC	856	5.992	7.946	-	7.946	-	2020 a 2021
Operações Compromissadas LTN-O	10.261	9.727	9.729	-	9.729	-	2018
Títulos Privados							
Debêntures	2.456	4.326	4.697	-	4.697	-	2019 a 2022
Letras Financeiras	2	300	301	-	301	-	2020
Letras Financeiras Subordinadas	23	6.967	11.009	-	11.009	-	2021 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	1.415.346,01	-	24.927	-	24.927	-	
Derivativos		-	(16)	-	(16)	-	
Contas a Pagar/Receber		-	4	-	4	-	

b) Títulos para negociação--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017	Quantidade	Valor de custo	Valor de mercado	Plano BD Valor de mercado	CELPOS CD Valor de mercado	PGA Valor de mercado	Vencimento
Subtotal		27.312	58.597	-	58.597	-	
Noronha CD FIM							
Títulos Públicos							
Tesouro SELIC	3.248	28.143	30.151	-	30.151	-	2018 a 2023
Tesouro IPCA com juros semestrais	9.003	27.121	29.021	-	29.021	-	2018 a 2050
Operações Compromissadas NTN-O	541	5.011	5.013	-	5.013	-	2020
Títulos Privados							
Debêntures	35.849	5.094	6.565	-	6.565	-	2018 a 2025
Letras Financeiras Subordinadas	1	300	564	-	564	-	2022
Cotas de Fundos de Investimentos	1.886.350	-	3.294	-	3.294	-	
Derivativos		-	50		50		
Contas a Pagar/Receber		-	11	-	11	-	
Subtotal		65.669	74.669	-	74.669	-	
Carteira Própria							
Fundos de Investimentos							
BB Mult. Global Select IE (JP Morgan)		1.519	1.695	-	1.695	-	
BB Institucional Federal		2.701	3.629	-	-	3.629	
BNP Paribas Match DI		5.151	5.328	-	-	5.328	
Ennesa FIA		2.017	9.347	9.347	-	-	
Itaú RPI Ações		6.413	7.485	-	7.485	-	
PIMCO Income FIM IE		2.080	2.104	-	2.104	-	
Sparta TOP FIC FIRF CP		47.755	48.689	38.042	10.647	-	
Sul América Expertise FIA		5.136	448	98	350	-	
Sul América Expertise II FIA		5.000	3.262	3.262	-	-	
Vinci Selection Equities FIA		4.847	5.880	-	5.880	-	
Rio Bravo Energia I – FIP		4.000	1.967	1.967	-	-	
FII – Panamby		2.238	3.524	3.524	-	-	
FII - Geo Guararapes		2.548	230	230	-	-	
Subtotal		91.405	93.588	56.470	28.161	8.957	
Ações							
Outros Emissores							
Shopping Center Tacaruna S.A.	835	2.311	8.584	8.584	-	-	01/07/2020
Subtotal		2.311	8.584	8.584	-	-	
Total da carteira própria		93.716	102.172	65.054	28.161	8.957	
Total dos títulos para negociação		198.156	248.941	78.557	161.427	8.957	

Os títulos para negociação estão valorizados a preços de mercado na data do balanço.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA;
- Ações de companhias abertas, pela cotação de fechamento disponível no último pregão do mês divulgada no relatório da custódia;
- As debêntures são valorizadas com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da custódia;
- Os Certificados de Depósito Bancário - CDB são valorizadas com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da custódia; e
- Os dividendos e bonificações são reconhecidos no resultado do exercício, a partir da data da publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

b) Títulos mantidos até o vencimento

Em 31 de dezembro de 2018

HSBC FI RF ALM BD	Quantidade	Valor de custo	Valor em 31/12/18 consolidado	Valor em 31/12/18 plano BD	Valor do ajuste de precificação (**)	Valor de mercado (*)	Vencimento
Títulos Públicos							
Tesouro IPCA com juros semestrais	14.649	43.732	47.767	47.767	1.281	50.161	15/08/2022
Tesouro IPCA com juros semestrais	8.888	27.948	28.829	28.829	734	30.199	15/05/2023
Tesouro IPCA com juros semestrais	10.445	15.367	31.041	31.041	4.553	36.200	15/08/2024
Tesouro IPCA com juros semestrais	22.419	68.775	73.588	73.588	4.000	78.663	15/08/2026
Tesouro IPCA com juros semestrais	9.930	32.112	32.915	32.915	1.952	35.187	15/08/2028
Tesouro IPCA com juros semestrais	33.268	80.984	105.239	105.239	13.092	118.692	15/08/2030
Tesouro IPCA com juros semestrais	39.837	61.813	113.351	113.351	30.131	141.960	15/05/2035
Tesouro IPCA com juros semestrais	7.604	17.921	25.436	25.436	2.939	27.918	15/08/2040
Tesouro IPCA com juros semestrais	31.575	52.867	90.228	90.228	26.736	115.255	15/05/2045
Tesouro IPCA com juros semestrais	12.766	32.808	45.991	45.991	-	47.735	15/08/2050
Subtotal		434.327	594.384	594.384	85.418	681.970	
Total - Títulos Públicos		434.327	594.384	594.384	85.418	681.970	
Olinda Celpos BD FIM							
Títulos Privados							
Instituições Financeiras							
Letras Financeiras Subordinada							
Banco do Brasil	12	3.600	6.222	6.222	-	6.222	2021
Banco Itaú S/A	3	968	1.803	1.803	-	1.863	2022
Banco Votorantim	2	600	1.055	1.055	-	1.055	31/05/2021
Companhias Abertas							
BNDESPAR Participações S.A.	660	698	1.002	1.002	-	1.002	15/05/2019
CEMIG Distribuição S.A.	1.267	1.274	1.547	1.547	-	1.547	2021-2025
CEMIG Geração e Distribuição S.A.	130	131	101	101	-	101	15/02/2019
ECORODOVIAS	8	88	57	57	-	57	15/10/2019
Elektro Eletricidade e Serviços S/A	13	130	183	183	-	183	12/09/2022
Estácio Participações	17	171	69	69	-	69	15/10/2019
SABESP	39	390	305	305	-	305	15/02/2019
SANEPAR	32	321	434	434	-	434	15/11/2020
Sonae Sierra Brasil	33	373	258	258	-	258	15/02/2019
Transmissora Aliança de Energia Elétrica	507	511	674	674	-	674	15/10/2024
Total - Olinda Celpos BD FIM		9.255	13.710	13.710	-	13.770	
Total - Títulos mantidos a vencimento		443.582	608.095	608.095	85.418	695.740	

b) Títulos mantidos até o vencimento--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017

HSBC FI RF ALM BD	Quantidade	Valor de custo	Valor em 31/12/17 consolidado	Valor em 31/12/17 plano BD	Valor do ajuste de precificação (**)	Valor de mercado (*)	Vencimento
Títulos Públicos							
Tesouro IPCA com juros semestrais	6.224	16.479	19.215	19.215	208	19.634	15/08/2018
Tesouro IPCA com juros semestrais	4.181	9.314	12.807	12.807	469	13.627	15/08/2020
Tesouro IPCA com juros semestrais	1.371	4.188	4.248	4.248	72	4.416	15/05/2021
Tesouro IPCA com juros semestrais	10.899	31.708	34.169	34.169	987	35.619	15/08/2022
Tesouro IPCA com juros semestrais	4.848	14.996	15.145	15.145	367	15.601	15/08/2023
Tesouro IPCA com juros semestrais	10.445	15.367	29.522	29.522	4.641	34.148	15/08/2024
Tesouro IPCA com juros semestrais	16.445	49.366	51.711	51.711	2.732	54.187	15/08/2026
Tesouro IPCA com juros semestrais	31.758	76.014	96.216	96.216	11.228	105.023	15/08/2030
Tesouro IPCA com juros semestrais	39.107	59.407	106.351	106.351	26.866	128.244	15/05/2035
Tesouro IPCA com juros semestrais	7.604	17.921	24.498	24.498	2.352	25.484	15/08/2040
Tesouro IPCA com juros semestrais	31.271	51.868	85.724	85.724	23.958	103.079	15/05/2045
Tesouro IPCA com juros semestrais	12.766	32.808	44.309	44.309	2.302	42.867	15/08/2050
Subtotal		379.436	523.915	523.915	76.182	581.929	
Total - Títulos Públicos		379.436	523.915	523.915	76.182	581.929	
Olinda Celpos BD FIM							
Títulos Privados							
Instituições Financeiras							
Letras Financeiras Subordinada							
Banco do Brasil	12	3.600	5.793	5.793	-	5.793	2021
Banco Itaú S/A	3	967	1.643	1.643	-	1.643	2022
Banco Votorantim	2	600	980	980	-	980	31/05/2021
Companhias Abertas							
BNDESPAR Participações S.A.	660	698	953	953	-	953	15/05/2019
CEMIG Distribuição S.A.	1.267	1.274	1.425	1.425	-	1.425	2021-2025
CEMIG Geração e Distribuição S.A.	130	131	191	191	-	191	15/02/2019
Companhia Energética do Ceará - COELCE	39	394	191	191	-	191	15/10/2018
ECORODOVIAS	8	88	108	108	-	108	15/10/2019
Elektro Eletricidade e Serviços S/A	13	130	173	173	-	173	12/09/2022
Estácio Participações	17	171	138	138	-	138	15/10/2019
SABESP	39	390	583	583	-	583	15/02/2019
SANEPAR	32	321	415	515	-	415	15/11/2020
Sonae Sierra Brasil	33	373	492	492	-	492	15/02/2019
Transmissora Aliança de Energia Elétrica	507	512	636	636	-	638	15/10/2024
Total - Olinda Celpos BD FIM		9.648	13.721	13.721	-	13.721	
Total - Títulos mantidos a vencimento		389.085	537.636	537.636	76.182	595.650	

(*) PU de Mercado divulgado pela ANBIMA.

Os títulos mantidos até o vencimento estão alocados no Fundo Exclusivo ALM BD FI RF, sendo composto por títulos públicos (NTN-B e NTN-F) com vencimento entre 2022 a 2050.

De acordo com o estudo de ALM - Asset Liability Management realizado pela empresa de consultoria I9 Advisory, a Administração da Entidade decidiu manter as aplicações em NTN-B e NTN-F em carteira até o vencimento, tendo em vista as suas características - em termos de rentabilidade, superior à meta atuarial, risco reduzido (Títulos Públicos Federais) e prazo de vencimento longo e compatível com o fluxo de caixa atuarial.

A Entidade declara possuir capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Ajuste de precificação

A Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, introduziu a possibilidade de a Entidade utilizar o valor do ajuste de precificação na apuração do resultado anual do Plano de Benefícios.

O valor do ajuste de precificação de que trata a Resolução CNPC nº 16/2014 corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, observados os requisitos mínimos previstos na IN PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018.

Seguindo os critérios estabelecidos na Instrução Normativa PREVIC nº 10/2018, no encerramento do exercício de 2018 o valor do ajuste de precificação apresentado pelos títulos públicos federais mantidos a vencimento foi de R\$ 85.418 (76.182 em 2017).

c) Composição dos títulos por vencimento

Em 31 de dezembro de	Plano BD			Plano Celpos CD			Plano PGA			Total
	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
2018										
Títulos para negociação										
Ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de Investimentos	84.313	307	581	101.902	8.260	58.662	9.059	-	-	263.084
Títulos mantidos até o vencimento										
Fundos de Investimentos	664	1.128	606.302	-	-	-	-	-	-	608.094
Investimentos Imobiliários	18.315	-	-	-	-	-	-	-	-	18.315
Operações com Participantes (Empréstimos)	-	-	13.088	-	-	6.640	-	-	-	19.728
Total títulos por vencimento	103.292	1.435	619.971	101.902	8.260	65.302	9.059	-	-	909.221
Em 31 de dezembro de	Plano BD			Plano Celpos CD			Plano PGA			Total
	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
2017										
Títulos para negociação										
Ações	-	-	8.584	-	-	-	-	-	-	8.584
Fundos de Investimentos	69.193	-	780	71.173	23.384	66.870	8.957	-	-	240.357
Títulos mantidos até o vencimento										
Fundos de Investimentos	-	19.407	518.228	-	-	-	-	-	-	537.635
Investimentos Imobiliários	51.498	-	-	-	-	-	-	-	-	51.498
Operações com Participantes (Empréstimos)	-	-	13.624	-	-	5.675	-	-	-	19.299
Total títulos por vencimento	120.691	19.407	541.216	71.173	23.384	72.545	8.957	-	-	857.373

c) Composição dos títulos por vencimento--Continuação

Fundos de investimentos exclusivos

A composição dos investimentos realizados em fundos de investimentos exclusivos está abaixo demonstrada:

	2018	2017
HSBC FI RF ALM BD		
Títulos para negociação		
Títulos públicos federais		
Tesouro SELIC	277	260
Operações compromissadas LTN-O	4.666	10.999
	4.943	11.259
Créditos Privados e Depósitos		
Companhias Abertas		
BNDES Participações S.A.	307	301
Outros (tesouraria/contas a pagar e receber)	(25)	(15)
Títulos mantidos até o vencimento		
Títulos Públicos Federais		
Tesouro IPCA com juros semestrais	594.384	523.914
Tesouro Prefixado com juros semestrais	594.384	523.914
	599.609	535.459
	2018	2017
Olinda Celpos BD FIM		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Operações Compromissadas LTN-O	81	61
	81	61
Créditos Privados e Depósitos		
Companhias abertas		
Vale S/A	304	219
Títulos mantidos até o vencimento		
Créditos privados e depósitos		
Instituições Financeiras		
Letras Financeiras Subordinada		
Banco do Brasil	6.222	5.793
Banco Itaú S/A	1.803	1.643
Banco Votorantim	1.055	980
Companhias Abertas		
BNDESPAR Participações S.A.	1.002	953
CEMIG Distribuição S/A	1.547	1.425
CEMIG Geração e Distribuição S/A	101	191
Companhia Energética do Ceará – COELCE	-	191
Ecorodovias	57	108
Elektro Eletricidade e Serviços S/A	183	173
Estácio Participações	69	138
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	305	583
SANEPAR	434	415
Sonae Sierra Brasil	258	492
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	674	636
	13.710	13.721

c) Composição dos títulos por vencimento--Continuação

Fundos de investimentos exclusivos--Continuação

	2018	2017
Cotas Fundos de Investimentos		
FIDC Multisetorial Silverado Maximum	12	13
Votorantim Atuarial FIM CP	-	1.665
	12	1.678
Outros (Tesouraria / Contas a Pagar e Receber)	(3)	-
	14.103	15.679
	2018	2017
Gravatá Celpos CD FIM		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Tesouro SELIC	9.867	7.946
Tesouro IPCA com juros semestrais	27	-
Operações Compromissadas LTN-O	230	9.729
	10.124	17.675
Créditos Privados e Depósitos		
Instituições Financeiras		
Letras Financeiras		
Banco Daycival	263	-
Portoseg S/A	321	301
Letras Financeiras Subordinada		
Bradesco	3.081	2.913
Banco do Brasil	3.708	5.994
Banco Itaú S/A	1.241	1.100
Banco Votorantim	1.074	1.002
Companhias Abertas		
BNDESPAR Participações S.A.	415	406
CEMIG Distribuição S/A	390	345
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	-	270
Companhia de Saneamento do Paraná	470	465
Companhia Concessões Rodoviárias	1.106	1.110
Diagnósticos da América S.A. - Dasa	129	-
Diagnósticos da América S.A. - Dasa	653	319
Estácio Participações	202	147
Elektro Eletricidade e Serviços S/A	73	189
NFC Participações	-	489
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	-	641
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	-	316
	13.126	16.007
Cotas Fundos de Investimentos		
FIDC Multisetorial Silverado Maximum	13	15
Itaú Institucional Alocação Dinâmica	1.869	1.727
Quest Yield FIC FIRF	-	334
Santander IMA-B 5 FIC RF	-	5.843
SulAmerica RF Ativo FI LP	-	2.206
Sul America Ind FIRF	8.347	5.245
SulAmérica Inflatie FIRFL	60	9.557
	10.289	24.927
Derivativos - Opções de Futuro	(2)	(16)
Outros (Tesouraria / Contas a Pagar e Receber)	129	4
	33.666	58.597

c) Composição dos títulos por vencimento--Continuação

Fundos de investimentos exclusivos--Continuação

	2018	2017
Noronha CD FIM		
Títulos para negociação		
Títulos Públicos Federais		
Tesouro SELIC	21.900	30.151
Tesouro IPCA com juros semestrais	27.312	29.021
Operações Compromissadas NTN-O	3.160	5.013
	52.372	64.185
Créditos Privados e Depósitos		
Instituições Financeiras		
Letras Financeiras Subordinadas		
Banco Itaú S.A.	634	564
Companhias Abertas		
BNDES Participações S.A.	935	916
CEMIG Distribuição S/A	2.495	2.087
CEMIG Geração e Transmissão S/A	478	905
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	480	931
Companhia Energética do Ceará - COELCE	-	308
Transmissora Aliança de Energia Elétrica	1.167	1.074
Vale S/A	475	343
	6.664	7.128
Cotas Fundos de Investimentos		
Votorantim Atuarial FIM CP	3.632	3.295
Derivativos - Opções de Futuro	-	50
Outros (tesouraria/contas a pagar e receber)	3	11
	62.671	74.669

c) Composição dos títulos por vencimento--Continuação

Investimentos imobiliários

A composição dos investimentos imobiliários está demonstrada abaixo:

	2018	2017
Investimentos imobiliários		
Aluguéis e rendas		
Terrenos	1.813	2.392
Edificações	4.593	4.776
(-) Depreciação	(1.883)	(1.683)
Aluguéis a receber	37	28
Reavaliação	11.284	10.010
Imobilizações em andamento	21	21
Rendas de participações	-	34.628
	15.865	50.172
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários	1.714	-
Outros investimentos imobiliários	736	1.326
	18.315	51.498

Os ativos imobiliários pertencem à carteira do Plano BD e estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, sendo classificados em uso próprio, locados a patrocinadores, locados a terceiros, e outros investimentos imobiliários. A precificação está baseada nas reavaliações efetuadas nos exercícios de 2017 e 2018, suportada por laudos técnicos assinados pela empresa Valor Engenharia, para os imóveis classificados em uso próprio, locados a patrocinadores e locados a terceiros.

Em 2018 foram reavaliados os imóveis de Boa Viagem (Vendido), Igarassu, Camaragibe, Olinda e Jaboatão.

Os empreendimentos Shopping Center Tacaruna e Shopping Guararapes foram vendidos e o recurso alocado em Tesouro IPCA.

A provisão para perda com alienação de imóveis, constituída em virtude de atraso dos pagamentos, corresponde ao saldo de R\$ 23 em 2018 (R\$ 14 em 2017), a provisão foi constituída com base na rubrica - Direito em Alienações de Investimentos Imobiliários.

Empréstimos a participantes

O resumo das operações com participantes está abaixo demonstrado:

	2018	2017
Empréstimos a participantes		
Plano BD	13.088	13.624
Plano Celpos CD	6.640	5.675
	19.728	19.299

Os empréstimos a participantes são remunerados pro rata temporis pela rentabilidade da caderneta de poupança estabelecida para o último dia do mês, acrescida de juros de 1% a.m.

Perfis de investimento

O Plano CD é distribuído em cinco perfis de investimento com a seguinte composição dos recursos em 31 de dezembro de 2018:

Perfil	Qtde. de participantes	Volume de recursos(*)	Rentabilidade a.a (%)
Super conservador	1.836	102.399	8,37
Conservador	104	19.899	9,91
Moderado	147	22.888	11,32
Agressivo	72	10.418	12,81
Super agressivo	91	14.426	14,53
	2.250	170.030	9,48

(*) Não incluído o saldo de (R\$ 972) relativo à valorização das cotas ainda não incorporadas.

10. IMOBILIZADO (GESTÃO ADMINISTRATIVA)

	2018	2017
Custo	745	693
(-) Depreciação	(499)	(443)
	246	250

11. GESTÃO ASSISTENCIAL

	2018	2017
Disponível – conta corrente	88	88
Realizável – depósito judicial	176	170
	264	258

Nos registros contábeis, a Gestão Assistencial se mantém apenas em função das ações judiciais dos participantes do extinto CELPOS SAÚDE, ainda em trâmite.

12. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Os compromissos do exigível operacional em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são assim demonstrados:

Gestão previdencial

	2018	2017
Benefícios a pagar	87	97
Retenções a recolher	704	669
Créditos identificados	49	1
Valores a pagar transferidos	2.627	59
Cobertura das despesas administrativas	561	500
Outras Exigibilidades	1	-
	4.029	1.326

Gestão administrativa

	2018	2017
Contas a pagar		
Pessoal	380	383
Material	21	24
Serviço de terceiros	153	204
Tributos	39	37
Retenções a recolher	88	78
Valores a pagar transferidos	4	2
Repasses	5	5
	690	733

Investimentos

	2018	2017
Investimentos imobiliários	65	215
Empréstimos e financiamentos	15	19
Outras exigibilidades	210	230
	290	464

13. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade realizou registro das contingências consubstanciadas em relatórios emitidos pelas consultorias jurídicas. Estes valores correspondem às ações cíveis, trabalhistas e federais, baseada na opinião de seus consultores jurídicos quanto às expectativas de perda. A classificação utilizada pela Entidade leva em consideração a decisão proferida no juízo de primeiro grau, sendo no primeiro momento todas as demandas classificadas como possíveis e, após a prolação da sentença, convertidas em remotas, em caso de sentença favorável à Fundação, e provável, em caso de sentença desfavorável à Fundação. A Entidade mantém provisão em 31 de dezembro de 2018 no Plano BD de R\$ 2.758 (R\$ 3.473 em 2017) segregado da seguinte forma:

Gestão Previdencial - Plano BD

	2018	2017
Abonos (a)	1.414	1.951
Expurgos (b)	295	282
Revisão de benefício (c)	641	619
Dano moral (d)	-	16
Plano 01 (e)	47	46
Bradesco saúde (f)	24	23
Pensão por morte (g)	328	537
	2.749	3.474

- (a) Processos de abonos: referem-se aos requerimentos dos autores (aposentados) sobre o pagamento de parcelas de abonos/ abonos de emergência pagos pela Patrocinadora CELPE aos funcionários da ativa, por acordo coletivo, de modo a garantir a paridade no reajuste das suplementações.
- (b) Processos de expurgos: ação cujo objeto é obter as perdas decorrentes dos planos econômicos e/ou pacotes econômicos lançados pelo Governo, em sua grande parte, a ação é ajuizada por ex- participantes, que à época dos planos econômicos eram participantes e que posteriormente resgataram suas respectivas reservas de poupança.
- (c) Revisão de benefícios: ações dos participantes que reclamam o cálculo do benefício e pedem, judicialmente, revisão do mesmo.
- (d) Dano Moral: Demandas referentes a questionamentos de participantes requerendo a concessão da Fundação apenas em Danos Morais, devido a atos de gestão praticados pela Entidade.
- (e) Plano 01: demanda judicial interposta por participantes da CELPOS que ingressaram no momento da fundação da Entidade, sendo vigente à época o Regulamento 01 do Plano de Benefícios Definidos, mas que no momento da aposentadoria tiveram seus benefícios calculados com base no Regulamento vigente no período da implementação de todas as condições para aposentadoria.

- (f) Bradesco Saúde: trata-se de pleito judicial, onde é requerida indenização por danos morais decorrentes do cancelamento da consignação em folha dos pagamentos do plano de saúde Bradesco, bem como de reajustes, considerados abusivos, ocorridos no plano. Vale salientar que a CELPOS não é parte integrante do contrato do Plano da Saúde Bradesco, sendo há época mero consignatário, fato este que deixou de existir.
- (g) Pensão por Morte: Demanda onde os familiares não inscritos na qualidade de beneficiário/dependente de participantes falecidos ingressam requerendo a concessão do benefício de pensão por morte perante a Fundação.

A CELPOS possui ainda, em 31 de dezembro de 2018 o valor de R\$ 8.545 (R\$ 10.735 em 2017), relativo a processos de natureza cível e trabalhista, classificados pela assessoria jurídica com probabilidade de perda “possível”, os quais não possuem provisão reconhecida nas demonstrações contábeis.

Assistencial

	2018	2017
CELPOS Saúde (a)	50	51
	50	51

- (a) CELPOS Saúde: Demandas referentes ao CELPOS Saúde, onde os autores reclamam a indenização por não cobertura de serviço médico.

14. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

Para fins de atendimento da Resolução CNPC Nº 30 de 10 de outubro de 2018, a análise das hipóteses atuariais que foram adotadas na avaliação dos Planos de Benefícios Definidos e do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS no encerramento do exercício de 2018, foi apresentada através do relatório atuarial JM/1902/2018 datado de 01 de outubro de 2018, e aprovada pelo Conselho Deliberativo em 31 de outubro de 2018 através da ata CD nº 004/2018 ORD e em 27 de fevereiro de 2019 através da ata CD nº 002/2019 EXT. A seguir demonstramos as hipóteses comparativas 2018 e 2017:

Plano BD

	2018	2017
Taxa real anual de juros	4,80%	5,00%
Projeção de crescimento real de salário	1%	1%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios da Entidade	97,5%	97,5%
Hipóteses sobre rotatividade (ao longo dos próximos 12 meses)	Nula	Nula
Tábua de mortalidade geral	qx da AT-2000	qx da AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	$q_x^i = q_x$ da AT-83	$q_x^i = q_x$ da AT-83
Tábua de entrada em invalidez	Ligth-média	Ligth-média
Hipóteses sobre composição de família de pensionistas	Família efetiva	Família efetiva

Celpos CD

	2018	2017
Taxa real anual de juros	0%	0%
Projeção de crescimento real de salário	Não aplicável	Não aplicável
Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários	Não aplicável	Não aplicável
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo - dos benefícios da Entidade	Não aplicável	Não aplicável
Hipóteses sobre rotatividade (ao longo dos próximos 12 meses)	Não aplicável	Nula
Tábua de mortalidade geral	Não aplicável	qx da AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicável	Light-fraca
Hipóteses sobre composição de família de pensionistas	Não aplicável	Não aplicável

Em 31 de dezembro, as provisões matemáticas dos planos e o déficit técnico acumulado do Plano BD estão demonstrados como segue:

Consolidado

	2018	2017
Benefícios concedidos		
Contribuição definida	47.586	29.022
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	835.320	791.777
	882.906	820.799
Benefícios a conceder		
Contribuição definida	121.471	127.245
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	51.270	59.653
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	1.234	3.069
	173.975	189.967
Equilíbrio técnico	(80.925)	(76.083)
Patrimônio de cobertura do plano	975.956	934.683

Plano BD

	2018	2017
Benefícios concedidos		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	835.320	791.777
Benefícios a conceder		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	51.270	59.653
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	1.234	3.069
	52.504	62.722
Equilíbrio técnico	(80.925)	(76.083)
Patrimônio de cobertura do plano	806.898	778.416

A situação atuarial do Plano de Benefícios Definidos (BD) vigente na CELPOS, em 31/12/2018, na qual contemplou a adoção da taxa real de juros/desconto de 4,80% a.a. (5,00% a.a. em 2017), a atualização da função logarítmica utilizada na projeção do Crescimento Real de Salário e a adoção da nova Composição Média de Família de Pensionista para os participantes não assistidos, bem como a manutenção dos percentuais de aumento de abril de 2018 a março de 2019 nas Contribuições Normais Paritárias do Plano de Custeio de abril de 2019 em diante, em função da utilização do regime financeiro de Capitalização na versão Agregado, apresentou um Equilíbrio Técnico (Déficit) Contábil no valor de R\$ 80.925.

A rentabilidade nominal líquida, obtida pela CELPOS na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano de Benefícios Definidos (BD), ao longo de 2018, foi de 11,52% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 8,76% o que, em termos reais, representou obter mais 7,66%, alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,00% ao ano, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem na sua aplicação, o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

A rentabilidade líquida do Plano de Contribuição Definida (CD), obtida ao longo de 2018 pela variação das cotas, conforme estabelecido no artigo 39 do regulamento deste plano, foi de 9,48% (13,64% em 2017), sendo 8,37% para o perfil Super Conservador, 9,91% para o perfil Conservador, 11,32% para o perfil moderado, 12,81% para o perfil Agressivo e 14,53% para o perfil Super Agressivo.

Ajuste de Precificação

A Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram. Em 04 de fevereiro de 2015, foi publicada pela PREVIC a instrução

nº 19, tratando das questões da Resolução CNPC nº 16/2014, principalmente quanto aos critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico.

O ajuste de precificação tratado na referida instrução corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, conforme no quadro da demonstração do ativo líquido do plano BD.

Aplicação do ajuste de precificação

	2018	2017
Equilíbrio técnico	(80.925)	(76.083)
Ajuste de Precificação	85.418	76.182
Patrimônio de cobertura do plano	4.493	99

O referido montante não é contabilizado e somente está evidenciado em forma de informações complementares na Demonstração do Ativo Líquido– DAL do plano BD.

Equacionamento do déficit

O Deficit Técnico registrado contabilmente no Plano de Benefício Definido vigente na CELPOS, em 31/12/2018, de R\$ (80.925) é de natureza transitória, já que, levando em consideração que, aplicando o ajuste na Precificação dos Ativos, em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/2018, a Situação Atuarial desse Plano, considerando a Precificação dos Ativos (correspondente ao Equilíbrio Técnico Ajustado desse Plano), em 31/12/2018, em realidade, é atuarialmente equilibrada em R\$ 4.493. Nesse contexto, não existe, ao final de 2018, qualquer parcela do Equilíbrio Técnico Contábil de R\$ (80.925) pendente de equacionamento.

Celpos CD

	2018	2017
Benefícios concedidos		
Contribuição definida	47.586	29.022
Benefícios a conceder		
Contribuição definida	121.471	127.245
Patrimônio de cobertura do plano	169.057	156.267

Pela natureza do plano ser de Contribuição Definida, não há registro de superávit técnico acumulado ou déficit técnico acumulado.

15. FUNDOS

a) Fundos Previdenciais

I. Fundo patronal não comprometido – R\$ 25 (R\$ 38 em 2017)

Esse fundo guarda relação com a perda da condição de participante do Plano “Misto I de benefícios da Celpos”, deixando disponíveis recursos que não mais serão passíveis de alocação na Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder Subconta Patrocinador. Como o fundo patronal não comprometido do Plano Misto I de Benefícios representa recursos que deixaram de estar comprometidos com a cobertura atuarial dos benefícios futuros, conforme Nota Técnica Atuarial JM/005/2019, de 04 de janeiro de 2019, foi realizada a destinação do fundo em forma de compensação das contribuições patronais (contribuição normal e contribuição sobre o custeio administrativo) da patrocinadora CELPE no montante de R\$ 371.

II. Fundo Coletivo de Benefício de Risco R\$ 4.813 (R\$ 9.857 em 2017)

Esse fundo deve prover recursos para pagamento dos benefícios de risco (pecúlio por morte em atividade e pecúlio por entrada em invalidez), que excedam ao valor das contribuições destinadas ao custeio dos benefícios de risco.

O saldo remanescente no Fundo Coletivo de Benefícios de Risco em 2018 supera o valor atuarialmente estipulado como valor mínimo desse Fundo, calculado em conformidade com a Nota Técnica apresentada através do JM/0284/2019 de 14/02/2019. Com o objetivo de ajustar o volume de recursos do fundo coletivo de benefício de risco do Plano

Misto I de Benefícios à real necessidade do plano, a CELPOS passou a reverter o excedente ao fundo coletivo de benefício de risco para compensação das contribuições mensais patronais do Plano CD.

O quadro abaixo demonstra a variação dos saldos existentes no respectivo fundo.

	2018	2017
Fundo mínimo calculado atuarialmente	2.528	2.765
Saldo excedente a compensar	2.285	7.092
Total do fundo coletivo de benefício de risco	4.813	9.857

b) Fundos Administrativos

O fundo da gestão administrativa (fundo administrativo) é constituído pela diferença entre as receitas, taxa de Administração, carregamento previdencial, receitas diretas e as despesas administrativas. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 9.779 (R\$ 9.725 em 2017) distribuído da seguinte forma:

Fundos administrativos	2018	2017
Benefício definido	3.019	3.019
Contribuição definida	6.760	6.706
	9.779	9.725

c) Fundos dos Investimentos

O fundo dos investimentos, denominado reserva de quitação por morte - RQM é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 12.369 (R\$ 10.648 em 2017) distribuído da seguinte forma:

Fundo dos investimentos	2018	2017
Benefício definido	9.461	8.336
Contribuição definida	2.908	2.312
	12.369	10.648

16. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme Instrução nº 34, itens 5 e 6 do anexo A, ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no plano de gestão administrativa”, no ativo, e “Participação no fundo administrativo do PGA”, no passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA.

Em contrapartida, a parcela do fundo administrativo que cabe a cada plano de benefícios também é registrada na gestão previdencial do respectivo plano de benefícios previdenciários em contas do ativo e passivo, anulando assim o efeito do fundo administrativo na elaboração das demonstrações consolidadas, permanecendo apenas o saldo do fundo administrativo no PGA.

A Instrução 34 também prevê que a gestão assistencial seja classificada em conta separada do ativo e passivo, de forma a possibilitar a identificação e a independência do patrimônio.

A seguir, demonstram-se o detalhamento dos ajustes e as eliminações decorrentes da consolidação das demonstrações contábeis no exercício de 2018:

Grupo de contas	Consolidado antes das eliminações		Eliminações do Consolidado	Consolidado após eliminações
	Planos BD e CD	Plano PGA		
Disponível	348	105	-	453
Realizável	1.009.662	9.983	(9.779)	1.009.866
Gestão previdencial	99.722	-	-	99.722
Gestão administrativa	9.779	923	(9.779)	923
Investimentos	900.161	9.059	-	909.221
Ações	-	-	-	-
Fundos de investimento	862.118	9.059	-	871.178
Investimentos imobiliários	18.315	-	-	18.315
Empréstimos a participantes	19.728	-	-	19.728
Permanente	-	381	-	381
Imobilizado	-	246	-	246
Intangível	-	135	-	135
Gestão assistencial	264	-	-	264
Total do ativo	1.010.274	10.469	(9.779)	1.010.964
Exigível operacional	4.320	690	-	5.009
Gestão previdencial	4.029	-	-	4.029
Gestão administrativa	-	690	-	690
Investimentos	290	-	-	290
Exigível contingencial	2.749	-	-	2.749
Gestão previdencial	2.749	-	-	2.749
Patrimônio social	1.002.942	9.779	(9.779)	1.002.942
Patrimônio de cobertura do plano	975.956	-	-	975.956
Provisões matemáticas	1.056.881	-	-	1.056.881
Benefícios concedidos	882.906	-	-	882.906
Benefícios a conceder	173.975	-	-	173.975
Equilíbrio técnico	(80.925)	-	-	(80.925)
(-) Déficit técnico acumulado	(80.925)	-	-	(80.925)
Fundos	26.986	9.779	(9.779)	26.986
Fundos previdenciais	4.838	-	-	4.838
Fundos administrativos	9.779	9.779	(9.779)	9.779
Fundos dos investimentos	12.369	-	-	12.369
Gestão assistencial	264	-	-	264
Total do passivo	1.010.274	10.469	(9.779)	1.010.964

17. CONTINGÊNCIA ATIVA - OBRIGAÇÃO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - OFND

Em atenção a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, foi determinado conforme ofício 4635/2011/ CGMC/DIACE/PREVIC de 14 de outubro de 2011 que as EFPC não efetuem o registro contábil até que haja manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União Federal.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reversão de fundos - em 2019 a CELPOS realizará a reversão do saldo do excedente do Fundo Coletivo de Benefício de Risco, no valor de R\$ 2.285, dos quais R\$ 2.168 corresponde ao saldo excedente da Celpe, R\$ 25 da CELPOS e R\$ 92 correspondente ao saldo excedente dos autopatrocinados. Essa reversão se dará através de compensação com os valores de contribuições mensais devidas ao Plano CD, repassados pelos respectivos patrocinadores e autopatrocinados à CELPOS. Os valores foram apurados com base em nota técnica e parecer atuarial JM 0284/2019, emitidos pelo atuário José Roberto Montello.

Em relação aos Benefícios de Risco, seus custos deixarão, em 2019, de serem objeto de reavaliação atuarial pelo atuário responsável pelo Plano face à terceirização da cobertura junto ao mercado segurador na forma permitida pela legislação vigente, permanecendo a responsabilidade do Patrocinador em arcar com os custos dos Benefícios de Risco. Sendo relevante destacar a existência de um compromisso formal da(s) Patrocinadora(s) de que, na eventualidade de ocorrência de qualquer não pagamento pela Seguradora contratada, ela aportará os recursos necessários à realização do pagamento.

Sérgio Fernandes de Magalhães Filho
Presidente
CPF Nº 509.318.577-91

Marcílio Quintino Correia da Silva
Diretor Administrativo Financeiro
CPF Nº 669.950.434-72

Jeniffer de Melo Borges
Contadora - CRC-PE025706/0
CPF Nº 065.796.794-76

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores, Participantes e Patrocinadores da
Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 29) em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração dos ativos líquidos, da mutação dos ativos líquidos, e das provisões técnicas dos planos para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho consolidado e por planos de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstra-

ções contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, e independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 25 de março de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP 015.199/O-6

Henrique Piereck de Sá
Contador CRC-PE023398/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação CELPE de Seguridade Social - CELPOS, no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 33, do Estatuto Social da referida Fundação, acompanharam as atividades da CELPOS no decorrer do exercício de 2018, à vista dos Balancetes e demais Demonstrações Financeiras, que lhes foram apresentados. Desta feita, considerando o exame final a que procederam no Balanço Patrimonial, levantado em 31 de dezembro de 2018 bem como nas Demonstrações da Mutações do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefícios), Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefícios), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), Demonstração das Provisões Técnicas – DPT (por plano de benefícios) e Demonstração das Mutações do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), findo naquela data, para o que contaram com o parecer do Consultor Atuarial JESSÉ MONTELLO – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., datado de 11 de março de 2019, JM/0451/2019 (Plano de Benefícios Definidos – Plano BD e Plano Misto I de Benefícios – Plano Celpos CD) e da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., datado de 25 de março de 2019, ambos sem ressalvas, opinam que os referidos documentos traduzem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Fundação, naquela data, estando em condições de serem aprovadas pelo Conselho Deliberativo, conforme dispõe o inciso X, do art. 19 do Estatuto Social.”

Recife, 25 de março de 2019.

Pablo Emerson Machado A. de Andrade
Presidente

Felipe José Gonçalves Gameiro
Membro Titular

Josenildo Rodrigues de França e Silva
Membro Titular

MANIFESTO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação CELPE de Seguridade Social - CELPOS, presentes à reunião, realizada no dia 25 de março de 2019, em cumprimento ao disposto no Artigo 19, Inciso X do Estatuto Social, após exame das Demonstrações Financeiras, apresentadas pela Diretoria Executiva, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e considerando os pareceres do Consultor Atuarial JESSÉ MONTELLO – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda. (JM/0451/2019), datado de 11 de março de 2019 (Plano de Benefícios Definidos – Plano BD e Plano Misto I de Benefícios – Plano Celpos CD), da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., datado de 25 de março de 2019, o qual opinou no sentido de que “Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho consolidado e por planos de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.”, e do Conselho Fiscal, datado de 25 de março de 2018, este conclusivo em seu parecer no sentido de que “ambos sem ressalvas, opinam que os referidos documentos traduzem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Fundação, naquela data, estando em condições de serem aprovadas pelo Conselho Deliberativo, conforme dispõe o inciso X, do art. 19 do Estatuto Social.”, decidiram pela sua aprovação.

Recife, 25 de março de 2019.

Fabíola Maria da Cruz de Almeida
Presidente do Conselho Deliberativo

Aldo Moreira Formiga
Membro Titular

Gerivaldo Rodrigues da Silva Júnior
Membro Titular

Antiógenes José Freitas Cordeiro
Membro Titular

Francisco Ramos Freire de Andrade
Membro Titular

Luiz Franklin de Lacerda Filho
Membro Titular

DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS (D.A.)

**PLANO DE BENEFÍCIOS
DEFINIDOS (BD) DA CELPOS**

V - PARECER ATUARIAL:

V.1. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

- 1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela CELPOS, resultou no Custo Total Puro (“Puro” significa sem sobrecarga para cobertura das despesas administrativas) de 22,76% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (considerando que a contribuição normal de 12,64% dos participantes aposentados é destinada a participar do custeio normal dos benefícios, bem como considerando que o custeio das despesas administrativas seja feito, à parte, de forma paritária pelos participantes/assistidos e pelo Patrocinador), conforme a abertura apresentada a seguir:

TIPO DE BENEFÍCIO	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
Aposentadorias *1	20,10%	18,99%
Invalidez	1,44%	1,32%
Pensão por Morte	2,26%	2,25%
Auxílio-Funeral/Mortalidade/Doença por Acidente do Trabalho	0,20%	0,20%
SUB-TOTAL (1)	24,00%	22,76%
Suplementar	-	-
SUB-TOTAL (2)	-	-
TOTAL (1)+(2)	24,00%	22,76%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

NOTA: A cobertura das despesas administrativas está sendo feita, de forma paritária, pelos participantes e assistidos (de um lado) e pela Patrocinadora CELPE (de outro lado), através de uma sobrecarga aplicada sobre as contribuições vigentes sem sobrecarga administrativa, em conformidade com o correspondente Plano Anual de Custeio e o correspondente orçamento elaborado pela CELPOS em consonância com o Plano de Gestão Administrativa (PGA).

OBS.: Na Avaliação Atuarial de 2018, a idade média dos participantes não assistidos é de 52 anos.

- 2) A Contribuição Normal destinada a dar cobertura ao Custo Total Puro (“Puro” significa sem sobrecarga para cobertura das despesas administrativas) 22,76% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos descrita a seguir, correspondem às que estão em vigor no encerramento do exercício de 2018 no Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS, tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais “Puras” (*1)	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Referência		
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	12,00%	11,38%
Contribuição Normal da Patrocinadora	12,00%	11,38%
Sub-Total	24,00%	22,76%
Contribuição Suplementar	-	-
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)	24,00%	22,76%
Contribuições Normais dos Assistidos	13,03%	12,64%

(*1) “Puras” significa sem sobrecarga para cobertura das despesas administrativas.

NOTA: A cobertura das despesas administrativas está sendo feita, de forma paritária, pelos participantes e assistidos (de um lado) e pela Patrocinadora CELPE (de outro lado), através de uma sobrecarga aplicada sobre as contribuições vigentes sem sobrecarga administrativa, em conformidade com o correspondente Plano Anual de Custeio e o correspondente orçamento elaborado pela CELPOS em consonância com o Plano de Custeio Administrativo.

- 3) A Contribuição Normal Vigente, apresentada no numeral 2 anterior, de 22,76% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2018, de 22,76% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2018.
- 4) Além das receitas contributivas realizadas pelos Participantes, Assistidos e

Patrocinadora, bem como a receita proveniente da parcela do retorno dos investimentos, todas destinadas à cobertura do custeio administrativo, existe a seguinte outra fonte para tal custeio, em conformidade com o Programa de Gestão Administrativa (PGA).

- Em caso de necessidade, serão utilizados os recursos acumulados existentes no Fundo Administrativo.

V.2.- Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

- 1) As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2017 para o final do ano 2018, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2017	31/12/2018	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	791.776.367,40	835.319.711,60	5,50%
Provisão de Benefícios a Conceder	62.722.358,03	52.503.620,45	(16,29%)
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	854.498.725,43	887.823.332,05	3,90%

V.3. - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

- 1) Em relação à situação atuarial, em 31/12/2018, do Plano de Benefícios Definidos (BD) vigente na CELPOS, na qual contemplou a adoção da taxa real de juros/desconto de 4,80% ao ano, a atualização da função logarítmica utilizada na projeção do Crescimento Real de Salário e a adoção da nova Composição Média de Família de Pensionista para os participantes não assistidos (Hx(12)), bem como a manutenção dos percentuais de aumento de abril de 2018 a março de 2019 nas Contribuições Normais Paritárias do Plano de Custeio de abril de 2019 em diante, em função da utilização do regime financeiro de Capitalização na versão Agregado, o mesmo apresentou um Equilíbrio Técnico (Déficit) Contábil, em 31/12/2018, no valor de R\$ (80.925.239,39). No entanto, aplicando o ajuste de precificação de títulos públicos no valor de R\$ 85.417.897,74, previsto na Resolução CNPC nº 30/2018, a efetiva situação atuarial do Plano passou a apresentar um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 4.492.658,35.
- 2) Na posição de encerramento do exercício de 2018, a adoção da taxa real de juros/desconto de 4,80% ao ano, mais a atualização da função logarítmica utilizada na projeção do Crescimento Real de Salário, a adoção da nova Composição Média de Família de Pensionista para os participantes não assistidos (Hx(12)), comparativamente a estas hipóteses utilizadas da Demonstração Atuarial do exercício de 2017, representou um aumento nas Provisões Matemáticas de R\$ 16.441.995,65.

3) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

- i) Tábua de Mortalidade Geral: q_x da AT-2000 (masculina), a mesma utilizada na “D.A.” de 31/12/2017.
- ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: $q_x^i = q_x$ da AT-83 ((masculina), a mesma utilizada na “D.A.” de 31/12/2017.
- iii) Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT (MÉDIA), a mesma utilizada na “D.A.” de 31/12/2017.
- iv) Rotatividade: Considerada Nula.
- v) Taxa real de juros/desconto: 4,80% ao ano.
- vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: 1,00% ao ano, com atualização da função logarítmica utilizada na “D.A.” de 31/12/2017.
- vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição.
- viii) Em relação à composição familiar, foi adotada a família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte e foi adotada a nova Composição Média de Família de Pensionista (Hx(12)), correlacionada com a família efetiva dos referidos assistidos, para os participantes não assistidos, atualizada em 2018.
- ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 97,5% (compatível com uma inflação anual média de 4,50% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).

4) Conforme referido no numeral 1 deste item V.3, na Avaliação Atuarial de 31/12/2018 houve a manutenção dos percentuais de aumento de abril de 2018 a março de 2019 nas Contribuições Normais Paritárias do Plano de Custeio de abril de 2019 em diante, cujo impacto representou mais R\$ 8.509.119,37 nas Provisões Matemáticas do Plano BD no encerramento do exercício de 2018.

Portanto, na tabela abaixo, apresentamos os percentuais de aumento nas Contribuições Normais Paritárias do Plano de Custeio:

Período	Percentuais de aumento, a ser estabelecido no Plano de Custeio de 2018, para as Contribuições Normais Paritárias (*1)
Abril 2017 a Março 2018	+229,92%
Abril 2018 a Março 2019	+264,67%
Abril 2019 em diante	+264,67%

(*1) Aplicável sobre os Percentuais Contributivos Normais “Puros” (ou seja, sem sobrecarga para custeio das despesas administrativas) Paritários, estabelecidos no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS.

OBS.: Como, o que será destinado à cobertura das despesas administrativas não sofre os aumentos apresentados no quadro anterior, o cálculo do percentual correspondente à sobrecarga administrativa, “P%”, será feito aplicando-se a seguinte formulação:

$$P\% = \frac{\left(\left[\frac{1}{0,85} - 1 \right] \div \left(1 + \frac{\% \text{ de aumento}}{100} \right) \right)}{1 + \left(\left[\frac{1}{0,85} - 1 \right] \div \left(1 + \frac{\% \text{ de aumento}}{100} \right) \right)} \cdot 100\%$$

NOTA: A Tabela de Contribuição Normal “Pura” Referencial, ou seja, a Tabela sobre a qual se aplica o Percentual de aumento para se estabelecer as Contribuições Normais do Período (e que se encontra no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS) é a seguinte (tanto para os Participantes/Assistidos, quanto para a Patrocinadora):

Idade na data da última inscrição no PLANO BD (*2)	Percentual de Contribuição “Pura” incidente sobre as parcelas do Salário Real de Contribuição (*1)			
	Parcela 1 (*3)	Parcela 2 (*4)	Parcela 3 (*5)	Parcela 4 (*6)
até 19 anos	1,81%	3,62%	8,16%	12,00%
de 20 a 24 anos	1,96%	3,77%	8,62%	13,20%
de 25 a 29 anos	2,09%	3,90%	9,07%	14,40%
de 30 a 34 anos	2,22%	4,03%	9,53%	15,60%
de 35 a 39 anos	2,35%	4,18%	9,97%	16,80%
de 40 a 44 anos	2,54%	4,36%	10,43%	18,00%
de 45 anos em diante	2,72%	4,54%	10,88%	19,20%

(*1) Para os Assistidos, o Salário Real de Contribuição é o valor do Benefício de Aposentadoria e de Pensão por Morte.

(*2) Para o Participante Fundador é a idade na data da última admissão como empregado do Patrocinador.

(*3) É a Parcela do Salário Real de Contribuição não excedente a 50% do Maior Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.

(*4) É a Parcela do Salário Real de Contribuição entre 50% e 100% do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.

(*5) É a Parcela do Salário Real de Contribuição entre 100% e 300% do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.

(*6) É a Parcela do Salário Real de Contribuição entre 300% do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar e 100% do Maior Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar.

OBS.: Os Percentuais de Contribuição Normal “Pura” Referencial, constantes do quadro anterior, em relação aos que não recebem Gratificações Especiais, devem ser multiplicados por 1,125.

- 5) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela CELPOS na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano de Benefícios Definidos (BD), ao longo de 2018, foi de 11,52% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 8,76% o que, em termos reais, representou obter mais 7,66%, alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,00% ao ano, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem na sua aplicação, o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.
- 6) Este Plano de Benefícios Definidos (BD) da CELPOS possui em carteira papéis que levará até o vencimento com taxas atualizadas à inflação mais juros reais, cujo registro contábil, nos termos do artigo 32º da Resolução CNPC Nº 29/2018 está sendo feito pelos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos conforme taxa pactuada. A capacidade financeira relativa à adoção desse Procedimento de registro de títulos classificados “até o vencimento” pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos se baseia no fato de que o perfil, traçado pela área de investimentos, leva em consideração os fluxos de receitas e de despesas projetados, atuarial e financeiramente para os anos que irão decorrer até o vencimento desses títulos.
- 7) Se registrava, em 31/12/2018, um saldo devedor de R\$ 91.827.459,27 do patrocinador para com esse Plano de Benefícios Definidos, a ser amortizado em 60 meses a contar de janeiro de 2019 pelo Sistema SAC com juros reais não inferiores a 6% ao ano e atualização monetária mensal pelo INPC do IBGE aplicado com 1 (um) mês de defasagem.
- 8) Os principais Riscos Atuariais do Plano BD da CELPOS estão associados ao aumento de sobrevivência e à redução das taxas de retorno dos investimentos. Para mitigar esses riscos, no que se refere à sobrevivência, ano após ano, vem sendo feitos testes de aderência de tábuas de mortalidade/sobrevivência e implantados, sempre que necessários, os correspondentes ajustes na hipótese de sobrevivência adotada e, no que se refere à taxa de retorno dos investimentos, os consultores financeiros da CELPOS, levando em consideração os títulos existentes em carteira associados à cobertura dos benefícios previdenciários e às respectivas durações de seus pagamentos e as taxas de retornos esperadas para as novas aplicações e reaplicações a serem feitas nos anos futuros, tem de manter o acompanhamento da hipótese relativa ao retorno dos investimentos.

V.4. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, bem como Equilíbrio Técnico Ajustado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipó-

teses atuariais relacionadas no numeral 3 do item V.3. desta D.A., o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios de aposentadoria, de pensão por morte e de auxílio-doença, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela CELPOS, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2018, refletida nesta D.A..

V.5.- Variação do Resultado no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Equilíbrio Técnico registrado contabilmente em 31/12/2017.	R\$ (76.082.590,87)
Atualização do Equilíbrio Técnico Contábil de 31/12/2017 para 31/12/2018 pela meta atuarial	R\$ (6.660.241,85)
Diferença entre a Rentabilidade Obtida e a Meta de Rentabilidade Líquida do ano de 2018, que corresponde à diferença entre o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano do ano de 2018 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, do ano de 2017, evoluído para o final de 2018 considerando a obtenção de rentabilidade líquida igual à meta atuarial de rentabilidade do ano de 2018 (*1)	R\$ 20.708.260,50
Impacto referente a manutenção dos percentuais de aumento de abril de 2018 a março de 2019 nas Contribuições Normais Paritárias do Plano de Custeio de abril de 2019 em diante.	R\$ (8.509.119,37)
Impacto referente a adoção da taxa real de juros/desconto de 4,80% ao ano	R\$ (16.128.181,87)
Impacto referente a atualização da função logarítmica para a projeção do Crescimento Real de Salário	R\$ (104.721,88)
Impacto referente a adoção da nova Composição Média de Família de Pensionistas para os participantes não assistidos	R\$ (209.091,90)
Outros Resultados de Origens Diversas e Pulverizadas (*2)	R\$ 6.060.447,85
Equilíbrio Técnico registrado contabilmente em 31/12/2018. (*3)	R\$ (80.925.239,39)

(*1) R\$ 806.898.092,66 - R\$ 786.189.832,16 = R\$ 20.708.260,50.

(*2) Equivalente a 0,68% do total das Provisões Matemáticas de R\$ 887.823.332,05 (posição de 31/12/2018).

NOTA: Consiste em desvios oriundos do cálculo das Provisões Matemáticas através da Avaliação Atuarial de final de exercício, em função da comparação com o comportamento previsto, no exercício, dos principais decrementos da massa (morte do ativo, morte do aposentado, entrada em invalidez, entrada em aposentadoria e rotatividade), com o que realmente ocorreu de decremento no mesmo exercício, podendo resultar em um aumento ou redução das Provisões Matemáticas do Plano.

(*3) O Resultado Contábil, em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ (80.925.239,39). Com a aplicação do ajuste na Precificação dos Ativos no valor de R\$ 85.417.897,74, em conformidade com a Resolução

CNPC nº 30/2018, a situação atuarial do Plano (correspondente ao Equilíbrio Técnico Ajustado), em 31 de dezembro de 2018, fica superavitária em R\$ 4.492.658,35.

V.6. - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

O Equilíbrio Técnico registrado contabilmente do Plano de Benefício Definido vigente na CELPOS, em 31/12/2018, de R\$ (80.925.239,39) é de natureza transitória, já que, levando em consideração que, aplicando o ajuste na Precificação dos Ativos, em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/2018, a Situação Atuarial desse Plano, considerando a Precificação dos Ativos (correspondente ao Equilíbrio Técnico Ajustado desse Plano), em 31/12/2018, em realidade, é atuarialmente equilibrada em R\$ 4.492.658,35. Nesse contexto, não existe, ao final de 2018, qualquer parcela do Equilíbrio Técnico Contábil de R\$ (80.925.239,39) pendente de cobertura no Plano de Custeio vigente.

V.7.- Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado está sendo adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria, de Pensão por Morte e dos Auxílios Reclusão e Doença por Acidente do Trabalho, permanecendo os seguintes Benefícios de Pequeno Porte, Auxílio Natalidade e Auxílio Funeral, sendo avaliados pelo Regime de Repartição Simples.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2019

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS (D.A.)

PLANO DE MISTO I DE BENEFÍCIO DA CELPOS

V - PARECER ATUARIAL:

V.1. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

- 1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela CELPOS, resultaram no custo total de 9,11%, conforme descrito a seguir, merecendo destaque que no Ano Atual, em razão da terceirização da cobertura dos Benefícios de Risco (PECÚLIO POR MORTE / INVALIDEZ), esse custeio total não inclui mais o custo relativo a esses Benefícios:

TIPO DE BENEFÍCIO	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS	7,96%	7,80%
PECÚLIO POR MORTE / INVALIDEZ (*1)	1,09%	-
RESGATES	-%	-%
OUTROS BENEFÍCIOS	-%	-
SUB-TOTAL (1)	9,05%	7,80%
SUPLEMENTAR	-%	-%
CUSTO ADMINISTRATIVO	1,35%	1,31%
SUB-TOTAL (2)	1,35%	1,31%
TOTAL (1)+(2)	10,40%	9,11%

***1:** Até o ano anterior era custeado por contribuições patronais estabelecidas através do Regime de Repartição Simples, sendo que, no Ano Atual, face à terceirização da cobertura dos Benefícios de Risco, o custeio desse Benefício estará sendo feito através de Prêmios, a serem pagos com contribuições feitas pela Patrocinadora, estabelecidos pela Seguradora contratada com base nas normas estabelecidas pela SUSEP.

NOTA: Na Avaliação Atuarial de 31/12/2018, a idade média dos participantes é de 38 anos.

- 2) A Contribuição Normal destinada a dar cobertura aos Custos apresentados no item 1 anterior, em percentagem da folha dos Salários de Participação dos Participantes, do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, tanto para os Participantes / Assistidos, quanto para o Patrocinador, são as descritas a seguir:

Contribuições Normais	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Referência		
Contribuição Normal Média dos Participantes (alíquotas variáveis)	3,97%	3,90%
Contribuição Normal do Patrocinador *1	6,43%	5,21%
Sub-Total	10,40%	9,11%
Custo Suplementar	-%	-%
Total Contribuições (Patrocinador + Participantes):	10,40%	9,11%
Contribuições Normais dos Assistidos:		

*1 Até o Ano Anterior estavam incluídas nessa Contribuição Normal do Patrocinador, a Contribuição por ele destinada à cobertura dos Benefícios Programados e a totalidade da Contribuição por ele destinada para a cobertura dos Benefícios de Risco e ao custeio administrativo, sendo que, no Ano Atual, face à terceirização da cobertura dos Benefícios de Risco, o custeio desse Benefício estará sendo feito através de, a serem pagos com contribuições feitas pela Patrocinadora, estabelecidas pela Seguradora com base em normas estabelecidas pela SUSEP, as quais não estão incluídas nessa Contribuição Normal do Patrocinador.

NOTA: No numeral 5 do item V.3. encontra-se o Plano de Custeio vigente, que estará em vigor em 2019.

- 3) Além das receitas contributivas realizadas pelo Patrocinador pelos Assistidos e pelos Participantes enquadrados em Benefício Proporcional Diferido (BPD) para cobertura do custeio administrativo, existem as seguintes outras fontes para tal custeio, em conformidade com o Programa de Gestão Administrativa (PGA):
- Se necessário, parcela do retorno dos investimentos; e
 - Se necessário, recursos acumulados existentes no Fundo Administrativo.

V.2.- Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

- 1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, do final do ano de 2017 para o final do ano 2018, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2017	31/12/2018	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 29.022.164,51	R\$ 47.586.407,08	63,97%
Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 127.244.688,48	R\$ 121.471.332,73	-4,54%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	- %
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	R\$ 156.266.852,99	R\$ 169.057.739,81	8,19%

V.3. Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

- 1) Pela natureza do Plano ser de Contribuição Definida, não há registro de Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado.
- 2) Em relação aos Benefícios de Risco, seus custos deixaram no Ano Atual de serem objeto de reavaliação atuarial pelo atuário responsável pelo Plano face à terceirização da cobertura junto ao mercado segurador na forma permitida pela legislação vigente, permanecendo a responsabilidade do Patrocinador em arcar com os custos dos Benefícios de Risco. Portanto, não está mais sendo apresentado(a) o custeio / a contribuição relativo(a) aos Benefícios de Risco em virtude da referida terceirização, sendo relevante destacar a existência de um compromisso formal da(s) Patrocinadora(s) de que, na eventualidade de ocorrência de qualquer não pagamento pela Seguradora contratada, ela aportará os recursos necessários à realização do pagamento.
- 3) O saldo remanescente no Fundo Coletivo de Benefícios de Risco de R\$ 4.812.561,11 em 31/12/2018 supera o valor atuarialmente estipulado como valor mínimo desse Fundo (ou seja, ao valor de R\$ 2.527.234,14), calculado em conformidade com o item 12.3 da Nota Técnica Atuarial do Plano (que corresponde à Nota Técnica apresentada através do JM/0284/2019 de 14/02/2019, devendo o nível desse Fundo Mínimo ser reavaliado ao longo do ano de 2019 de forma a incorporar os reais efeitos da terceirização da cobertura dos Benefícios de Risco feita através da Seguradora contratada na forma permitida pela legislação vigente.

Portanto, preservado o valor mínimo do Fundo Coletivo de Benefício de Risco avaliado ao final de 2018 (R\$ 2.527.234,14), devidamente rentabilizado desde então pela rentabilidade auferida por esse Fundo, o valor, passível de utilização pela Patrocinadora CELPE para abater contribuições mensais devidas ao Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, em 31/12/2018, é de R\$ 2.285.326,97.

- 4) A abertura, em 31/12/2018, do valor excedente de R\$ 2.285.326,97 do Fundo Coletivo de Benefício de Risco em relação ao valor mínimo atuarialmente estipulado para esse Fundo em R\$ 2.527.234,14, passível de ser destinado para abater contribuições mensais, em conformidade com o subitem 12.3. da Nota Técnica atuarial enviada em anexo ao JM/0284/2019 de 14/02/2019, apresentou o seguinte resultado:

- Patrocinadora CELPE : R\$ 2.167.856,50 = 94,859796% de R\$ 2.285.326,97.
- Patrocinadora CELPOS : R\$ 25.038,27 = 1,095610% de R\$ 2.285.326,97.
- Autopatrocinados : R\$ 92.432,20 = 4,044594% de R\$ 2.285.326,97.
- Total(CELPE/CELPOS/AUTOPATROCINADOS): R\$ 2.285.326,97 = 100% de R\$ 2.285.326,97.

Portanto, preservado o valor mínimo do Fundo Coletivo de Benefício de Risco existente ao final de 2018 (R\$ 2.527.234,14), devidamente rentabilizado desde então pela rentabilidade auferida por esse Fundo, o valor, passível de utilização tanto pela Patrocinadora CELPE, quanto pela Patrocinadora CELPOS e pelos Autopatrocinados para abater contribuições mensais devidas ao Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, em 31/12/2018, é de respectivamente R\$ 2.167.856,50 (CELPE), R\$ 25.038,27 (CELPOS) e 92.432,20 (Autopatrocinados).

5) O Plano de Custeio Vigente destinado a dar cobertura aos Benefícios do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, que vigorará em 2019, é o seguinte:

a) Contribuição Normal Básica Mensal do Participante Ativo:

De caráter obrigatório, corresponde a:

- R% de 2,25% da parcela do Salário Real de Contribuição não excedente ao valor correspondente a 1 (uma) Unidade Salarial da CELPOS (US) (*1); e
- R% de 9% da parcela do Salário Real de Contribuição excedente ao valor correspondente a 1 Unidade Salarial da CELPOS (US) (*1), sendo R% um percentual definido no §3º do Art. 37 do Regulamento do Plano.

(*1): US é a Unidade Salarial da CELPOS, cujo valor é igual a R\$ 4.137,70 (a preços de outubro de 2017, reajustado esse valor na forma estabelecida no §2º do Art. 37 do Regulamento do Plano).

A totalidade de Contribuição Normal Básica Mensal do Participante Ativo é destinada à cobertura dos Benefícios Programados do Plano.

b) Contribuição Normal Facultativa do Participante Ativo: corresponde à contribuição mensal ou esporádica, de caráter voluntário, feita com o objetivo de aumentar a cobertura relativa aos benefícios programados deste Plano Misto I de Benefícios da CELPOS.

c) Contribuição Normal Mensal do Patrocinador para cobertura dos Benefícios Programados: corresponde a um valor igual a 100% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo.

NOTA: Com a terceirização da cobertura relativa aos Benefícios de Risco junto ao mercado segurador, na forma permitida pela legislação vigente, todos os Participantes Ativos passaram a ter direito aos Benefícios de Risco.

- d) **Contribuição Normal Mensal do Patrocinador para dar cobertura aos Benefícios de Risco:** de valor suficiente para o pagamento de valores, constituídos a partir de recursos contributivos patronais, da totalidade dos Prêmios devidos à Seguradora contratada para dar cobertura aos Benefícios de Risco do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS.
 - e) **Contribuição Mensal para Despesas Administrativas do Patrocinador:** corresponde a um valor igual a 33,50% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo (Normal ou Especial).
 - f) **Contribuição Mensal para Despesas Administrativas dos Assistidos:** 0,30% do valor da renda de pagamento continuado recebida do Plano.
 - g) **Contribuição Mensal para Despesas Administrativas dos Participantes enquadrados no Benefício Proporcional Diferido (BPD):** na forma de percentual de 0,085% do valor, existente a cada mês, no respectivo Saldo de Contas (Parcela Participante e Parcela Patrocinador).
- 6) A rentabilidade repassada às contas desse Plano se dá com base na variação do valor das cotas, conforme estabelecido no artigo 39 do Regulamento de Benefícios do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, tendo sido, tal variação, em 2018, de 9,48%.

V.4. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Os dados cadastrais que nos foram enviados pela CELPOS, foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2018, refletida nesta D.A..

V.5.- Variação do Resultado Superavitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Pela natureza do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial.

V.6. - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Pela natureza do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, ou qualquer resultado acumulado.

V.7.- Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Não está sendo apresentado(a) o custeio / a contribuição relativo(a) dos Benefícios de Risco em virtude de ter sido terceirizada a cobertura desses Benefícios pela transferência dos correspondentes riscos para o mercado segurador através do pagamento dos prêmios cobrados pela Seguradora contratada com base em recursos aportados pela(s) Patrocinadora(s), sendo relevante destacar a existência de um compromisso formal da(s) Patrocinada(s) de que, na eventualidade de ocorrência de qualquer não pagamento pela Seguradora contratada das coberturas por morte em atividade e por entradas em invalidez, as mesmas aportarão os recursos necessários para que ocorra a cobertura dos correspondentes benefícios devidos pelo Plano.

Deve-se destacar que o Fundo Coletivo de Benefícios de Risco, mesmo com a terceirização da cobertura desses Benefícios, deverá manter, pelo menos, um valor mínimo (naturalmente menor que o anterior a essa terceirização) para acontecimentos inesperados, visando minimizar os efeitos de contratemplos e pendências, na forma que venha a ser atuarialmente indicada pelo Atuário responsável pelo Plano com base na experiência registrada a partir dessa terceirização.

Os valores correspondentes aos Prêmios a serem pagos à Entidade Seguradora responsável por prover a cobertura dos Benefícios de Riscos devem transitar pelo Fundo Coletivo de Benefícios de Risco antes de seu pagamento ser feito para a Seguradora, bem como os valores das Indenizações recebidas relativas à cobertura dos Benefícios de Risco devem transitar pelo Fundo Coletivo de Benefícios de Risco antes de serem alocadas nas respectivas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

Quanto aos demais benefícios (outros Benefícios não constituídos pelo “Pecúlio” por Morte em Atividade e pelo “Pecúlio” por Entradas em Invalidez), por serem concedidos na modalidade de Contribuição Definida, estão sendo adequadamente financiados pelo regime financeiro de Capitalização Individual.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2019

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426